

Psicologia e Cuidado Ancestral: Tecendo Diálogos entre as Experiências do Conselho Federal de Psicologia com Povos de Terreiro e Quilombolas

Fabiane Rodrigues Fonseca^{1,2}

¹Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil.

²Associação Crioulas do Quilombo de São Benedito,
Manaus, AM, Brasil.

Ivonete Aparecida Alves³

³Mocambo APNS Nzinga, Presidente Prudente, SP, Brasil.

José Augusto Silva Costa⁴

⁴Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, DF, Brasil.

Jeanyce Gabriela Araújo⁵

⁵Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte,
MG, Brasil.

Carolina Saraiva⁶

⁶Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Resumo: Este artigo descreve relatos de experiências, apresentando uma articulação entre práticas institucionais da psicologia e saberes tradicionais que contribuem para a construção de uma psicologia antirracista, decolonial e territorializada no Brasil. As autoras e o autor, a partir de vivências em comunidades quilombolas, de terreiros e no Conselho Federal de Psicologia (CFP), discutem os impactos das ações institucionais e dos saberes ancestrais no cotidiano da vida, para a promoção da saúde mental, do cuidado e no enfrentamento aos epistemicídios. O texto valoriza a espiritualidade, a coletividade e o território como fundamentos essenciais para o cuidado a partir da lógica psicossocial, e propõe caminhos para a construção de uma psicologia ainda mais comprometida com os direitos humanos, a equidade e a justiça social. Ao entrelaçar práticas cotidianas, reflexões teóricas e vivências nos territórios, o trabalho contribui para o debate sobre políticas públicas e práticas psicossociais que estabeleçam diálogos com os modos de vida dos povos de terreiro e quilombolas, reafirmando a legitimidade de outras formas de saber e cuidado.

Palavras-chave: Psicologia, Territorialidade, Cuidado em Saúde, Justiça Social, Decolonialidade.

Psychology and Ancestral Care: Weaving Dialogues between Federal Council of Psychology Experiences with Terreiro and Quilombola

Abstract: This study describes experience reports, articulating institutional practices in psychology with traditional knowledge, contributing to the construction of an antiracist, decolonial, and territorialized psychology in Brazil. Based on experiences in *quilombola* communities, Afro-Brazilian religious of *terreiros*, and the Federal Council of Psychology, this study discusses the impacts of institutional actions and ancestral knowledge on everyday life, promoting mental health, care, and opposing epistemicides. This text highlights spirituality, collectivity, and territory as essential foundations for care based on a psychosocial perspective and proposes paths to build a psychology increasingly committed to human rights, equity, and social justice. By intertwining daily practices, theoretical reflections, and lived experiences in the territories, this study contributes to the debate on public policies and psychosocial practices that dialogue with the ways of life of traditional peoples and communities, reaffirming the legitimacy of other forms of knowledge and care.

Keywords: Psychology, Territoriality, Health Care, Social Justice, Decoloniality.

Psicología y Cuidado Ancestral: Tejer Diálogos entre las Experiencias del Consejo Federal de Psicología con los Pueblos de *Terreiro* y *Quilombolas*

Resumen: Este artículo describe relatos de experiencias con relación a las prácticas institucionales de la Psicología con saberes tradicionales que contribuyen a la construcción de una psicología antirracista, decolonial y territorializada en Brasil. A partir de vivencias en comunidades *quilombolas*, *terreiros* y en el Consejo Federal de Psicología (CFP), se discuten los impactos de las acciones institucionales y los saberes ancestrales en la vida cotidiana, en la promoción de la salud mental, del cuidado y en el enfrentamiento a los epistemicidios. Este texto valora la espiritualidad, la colectividad y el territorio como fundamentos esenciales del cuidado desde una lógica psicosocial, y propone caminos para la construcción de una Psicología aún más comprometida con los derechos humanos, la equidad y la justicia social. Al entrelazar prácticas cotidianas, reflexiones teóricas y vivencias en los territorios, este trabajo contribuye al debate sobre políticas públicas y prácticas psicosociales que dialogan con los modos de vida de los pueblos y de las comunidades tradicionales, y reafirma la legitimidad de otras formas de saber y de cuidado.

Palabras clave: Psicología, Territorialidad, Cuidado en Salud, Justicia Social, Decolonialidad.

Iniciamos o texto convidando as leitoras e os leitores a suspenderem as expectativas por uma estrutura linear e convencional, com início, meio e fim definidos, tal como preconizado pelas normativas acadêmicas tradicionais. Em acordo com Gonzalez (2020), tais escritos, muitas vezes, se assentam em paradigmas de escrita que se pretendem neutras, orientados por uma lógica cartesiana, que opera a cisão entre razão e sentimento, corpo e pensamento. Tal dicotomia, ao longo da história, tem contribuído para a marginalização e deslegitimação de formas de produção de conhecimento coletivas, como essa oriunda da diáspora africana e dos povos de terreiro e quilombolas, cujas cosmologias/epistemologias e expressões discursivas desafiam os modelos hegemônicos de racionalidade e objetividade.

Os relatos presentes no artigo partem da experiência direta das autoras, e autor, em seus territórios. Seus corpos-territórios transitam entre as vivências de povos de terreiros e quilombos. Neste artigo faremos referência aos povos de terreiro e quilombolas. Suas experiências partem também do espaço de gestão do Conselho Federal de Psicología (CFP), como membros de comissões voltadas para as relações institucionais e políticas antirracistas. Portanto, a construção do texto baseou-se em seus relatos de experiência ou existências de um corpo-território, na análise de

documentos institucionais, como resoluções e atividades realizadas – e no acompanhamento direto das ações promovidas pelo CFP entre os anos de 2023 e 2025. Além de revisão de literatura que valoriza a escrita negra, ampliando o diálogo entre os diversos saberes na tentativa de descolonizar os espaços acadêmicos e institucionais. A partir das vivências coletivas nos territórios e no CFP, emergem reflexões que exigem um fundamento teórico situado, a partir das bases da perspectiva decolonial.

A perspectiva decolonial é a base epistemológica a qual optamos nesta escrita, uma vez que considera que a colonização determina a organização política, econômica, cultural e social, e ainda que a colonialidade é o reflexo desta determinação, que se estabelece nas relações sociais, de poder e formas e de conhecimento que persistem após o fim do colonialismo formal. Reivindica-se, então, posições pós-coloniais para os problemas que afligem o mundo contemporâneo e denunciam sua implicação direta com a edificação violenta de um padrão de poder instaurado com o colonialismo moderno (Dimenstein, Silva, Dantas, Leite, & Macedo, 2022).

A partir de uma epistemologia decolonial, este texto se constitui em uma escrita metalinguística, nascida de uma encruzilhada de vozes negras, quilombolas e de terreiro, interseccionando saberes

por meio do método da escrevivência, cunhado por Conceição Evaristo (2020), em que vida e escrita se fundem como forma de denúncia, afirmação e produção de conhecimento. Como nos ensina Lélia Gonzalez (2020), a escrita que parte da diáspora negra desafia os padrões hegemônicos.

Temos como base de diálogo e análise as discussões propostas por autores como Antônio Bispo dos Santos (2021, 2023), Carla Akotirene (2019), Conceição Evaristo (2020), Djamila Ribeiro (2017), Lélia Gonzalez (2020) e Neusa Santos Souza (1983). Além de outras autoras e outros autores que também apresentam propostas decoloniais em seus escritos.

O objetivo desta produção é apresentar, de forma circular, distintas cosmologias, memórias e acervos de saberes oriundos da África, que atravessaram o mar-oceano e seguem vivos em nossas territorialidades. A ideia de circularidade proposta por Nego Bispo nos remete a memórias sociais que são sobretudo inclusivas, nos desprendendo daquilo que ele chama de “formalidade acadêmica” (Bispo dos Santos, 2021). Nesse percurso, o tempo também se revela como circular, rompendo com a linearidade cronológica imposta pela racionalidade ocidental.

O próprio formato metalinguístico desta escrita propõe-se como ferramenta de ruptura com os modelos hegemônicos de produção de conhecimento – modelos estes utilizados como instrumentos de exclusão e dominação, silenciando saberes ancestrais e experiências vividas por comunidades historicamente invisibilizadas, marginalizadas e vulnerabilizadas. Assim, esta proposta busca tensionar os limites da ciência tradicional, afirmando a legitimidade de outras formas de saber e (re)existência.

Partindo da necessidade de romper com os paradigmas ocidentais e eurocentrismo, que moldaram a Psicologia enquanto ciência e profissão, esta escrita coletiva defende o alinhamento da Psicologia a uma perspectiva decolonial. Tal proposta visa contribuir para a construção de uma produção científica comprometida com o enfrentamento das desigualdades psicossociais e intelectuais e, sobretudo, com a luta antirracista e a defesa da integralidade dos direitos humanos e das diversas formas de existir.

Em busca de uma tessitura de produção científica comprometida com a luta antirracista e com os direitos humanos, a Psicologia, como ciência e profissão, se insere nessa perspectiva decolonial. E, para tanto, aqui apresentamos experiências das psicologias vivas

em seus territórios e do CFP, que contribuem para a construção de narrativas enraizadas nas realidades vividas nos múltiplos Brasis.

A Psicologia, nesse contexto, é convocada a descolonizar suas práticas e epistemologias a partir de uma escuta sensível às realidades vividas na diversidade de um país continental como o nosso. Este convite encontra eco em autores que defendem a urgência de uma psicologia que se descolonize em sua formação, em suas práticas e em seus compromissos ético-políticos (Moebus, Barreto, & Moraes, 2023; Veiga, 2021).

Diante disso, Gonzalez (2020) nos lembra que é necessário deslocar o eixo da produção do conhecimento. Esse movimento não é apenas metodológico, mas profundamente político e epistêmico, pois nos convoca a pensar a ciência desde outros marcos ontológicos, que confrontam o ideal de neutralidade, universalidade e objetividade.

É nesse ponto que a perspectiva decolonial se apresenta como ferramenta teórico-política essencial para desestabilizar os pilares que sustentam a colonialidade do saber, do poder e do ser, próprios das organizações sociais encontradas nas comunidades tradicionais, organizações sociais as quais o CFP tem buscado, como instituição legal da Psicologia brasileira.

Experiências institucionais do CFP na luta para uma psicologia coletiva e equitativa

A interseccionalidade, conforme delineada por Carla Akotirene (2019), surge como uma abordagem inovadora que nos incita a olhar para as complexas interações entre as múltiplas dimensões da identidade. Nesse contexto, não se trata apenas de considerar raça, gênero e classe como categorias separadas, mas sim de entender como essas diferentes formas de opressão se entrelaçam, criando um mosaico de experiências únicas para indivíduos e grupos. Essa perspectiva iluminadora revela como as identidades se sobrepõem e, em muitos casos, se chocam, proporcionando uma visão mais profunda das desigualdades que permeiam nossas vidas cotidianas. A interseccionalidade, assim, não é apenas uma teoria, mas um convite à reflexão sobre as realidades multifacetadas que moldam a sociedade.

Para tanto, compreender uma prática psicológica como antirracista é saber que nossos povos são diversos em gênero, classe e origem étnica. Com este entendimento, o Conselho Federal de Psicologia, em

seus distintos 54 anos de existência, vem de forma gradual incorporando a noção de complexidade, pluralidade e decolonialidade ao debate institucional e às práticas da categoria. Esse percurso passa pela criação da Comissão de Direitos Humanos (CDH/CFP), pela adoção de políticas afirmativas e pela produção de saberes presentes nos territórios, na história das populações negras, indígenas, periféricas e de comunidades tradicionais, com as psicologias em construção coletiva e decolonial.

Para proporcionar uma compreensão aprofundada do percurso dos debates que sustentam as experiências do CFP, é fundamental evidenciar a temporalidade e a institucionalidade dessas experiências. Tais práticas não apenas fomentam diálogos significativos, mas também visibilizam grupos e comunidades afetadas pela diáspora, contribuindo efetivamente para a promoção de ações antirracistas e inclusivas.

O CFP se configura como autarquia federal estabelecida pela Lei nº 5.766/1971 e tem como premissa regulamentar, fiscalizar e orientar o exercício da profissão de psicologia, em conjunto com 24 Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) e suas seções, que integram o Sistema Conselhos de Psicologia.

Desde sua criação, o Sistema Conselhos dialoga com as inúmeras vozes brasileiras – negras, indígenas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, quilombolas, ribeirinhas, imigrantes, pessoas em situação de rua e tantas outras também importantes, diálogo que se intensificou nos anos 2000, quando foi instituída a CDH, por meio da Resolução CFP nº 011/1998, uma aposta na articulação entre psicologia e direitos humanos.

Entre esses temas, destacamos aqui o estabelecimento de uma psicologia antirracista, plural e diversa, capaz de interagir com a realidade da população negra – pretos e pardos, – que juntos somam maioria em nosso país (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2023).

O Código de Ética Profissional do Psicólogo vigente desde a Resolução nº 10/2005, estabelece, em seus princípios fundamentais, e em seu artigo 2º, normas que alertam os profissionais sobre práticas discriminatórias. Por conseguinte, é a Resolução CFP nº 18/2002 que estabelece normas de atuação específicas para o enfrentamento ao preconceito e à discriminação racial, reafirmando o compromisso do CFP com uma psicologia ética, plural e antirracista – amparada pela Declaração de Durban em 2001 – que apontou diretrizes contra o racismo, criminalizando-o como

“inafiançável e imprescritível”. Em 2002, em forma de divulgação desta Resolução, foi realizada a campanha: “O preconceito racial humilha e a humilhação social faz sofrer”.

A partir de 2017, tivemos lançamento de publicações pelo CREPOP (Centro de Referências em Psicologia e Políticas Públicas), sendo as *Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos* (2017) e *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos com Povos Tradicionais* (2019).

Nesse cenário, a Resolução CFP nº 05/2021 instituiu as ações afirmativas nas eleições dos conselhos, sendo: 20% para psicólogas/os negras/os e indígenas, 10% para pessoas trans, pessoas com deficiência e povos tradicionais. Vislumbramos, então, a representatividade e pluralidade, o enfrentamento ao racismo, à transfobia, o fomento da democratização interna e a criação da Comissão Nacional de Heteroidentificação e Aferição (CNHA). A criação da Comissão, tornou possível a posse de plenários que contemplam esta diversidade a partir da gestão do Sistema Conselhos no ano de 2023.

Ampliando os diálogos sobre a inserção dessa temática nos espaços políticos que envolvem a Psicologia brasileira, destacamos a adesão do CFP à campanha “21 Dias de Ativismo Contra o Racismo”, a realização da *live*: “Saúde Mental da População Negra: um olhar para uma Psicologia Antirracista” e a instituição do Prêmio Profissional Virgínia Bicudo, entregue anualmente desde 2022, para reconhecer iniciativas antirracistas na Psicologia. Destacamos que Virgínia Leone Bicudo integrou o primeiro Plenário do Conselho Federal de Psicologia (1973), exercendo o cargo de vice-presidenta, sendo a primeira mulher negra a ocupar esse posto. Sua presença na vice-presidência representou um importante marco de representatividade no sistema conselhos, simbolizando a resistência ao racismo na Psicologia brasileira.

Ressaltamos a campanha “Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?” (2020-2022), em celebração aos 25 anos da CDH/CFP, *lives*, 11 episódios de podcasts da série “Psicologia no Enfrentamento ao Racismo” (2022), destacamos ainda o lançamento dos Volumes I e II de “Psicologia na Luta Antirracista” (2022) e Plenária Negra “Aquilombamento da Psicologia” (2023).

Em 2024, o Seminário “(Re)existências Brasis: relações étnico-raciais e o fazer Psi” promoveu reflexões sobre as contribuições afropindorâmicas e

latino-americanas às práticas da Psicologia. A atividade integrou a campanha nacional “Descolonizar corpos e territórios: reconstruindo existências Brasis”, conduzida pela Gestão CDH/CFP 2023/2025. Ainda nesse contexto, a Comissão em 2024 iniciou os encontros temáticos dos Giros Descoloniais, com o objetivo de realizar diálogos territoriais que evidenciem a diversidade brasileira e fortaleçam as trocas com movimentos sociais e comunidades populares. Como parte da ação desta campanha foi lançado o podcast “Prosas Descoloniais”, ampliando os espaços de escuta e reflexão sobre uma Psicologia comprometida com a justiça social e a descolonialidade.

Nessa direção, o CFP tem ocupado espaços estratégicos onde políticas públicas são disputadas e transformadas para o enfrentamento do racismo e das desigualdades estruturais. Suas representações institucionais não se limitam à formalidade: nascem de uma luta enraizada nas contradições históricas do país, nas dores coletivas e na esperança que emerge da resistência. Aposta-se em uma psicologia que rompe com a pretensa neutralidade técnica e se compromete, de forma ética e política, com a construção de um mundo em que a diversidade não apenas exista, mas seja celebrada como fundamento da vida em comum. A presença do CFP em conselhos nacionais de controle social – voltados à saúde, infância, direitos da mulher, população LGBTQIA+, segurança pública, assistência social, políticas sobre drogas e igualdade racial – é expressão desse compromisso. Esses espaços, marcados por tensões e disputas, possibilitam a escuta de vozes historicamente silenciadas e a afirmação da Psicologia como ferramenta de transformação social.

Mesmo com os avanços institucionais, muitas psicólogas e psicólogos ainda não conhecem ou não acessam estas iniciativas. Isso revela como a comunicação dificulta a participação, talvez pela dimensão continental do Brasil, além de sermos juntas mais de meio milhão de psicólogas. É importante, neste sentido, repensar a circulação das informações para que a categoria se envolva, já que mudanças sociais também partem de como a própria profissão se organiza e se conecta.

Portanto, o papel do CFP vai muito além da gestão institucional: está no entrelaçamento de saberes e práticas que valorizam a escuta, a ética e a singularidade das pessoas e coletivos. Essa jornada coletiva lembra os caminhos dos nossos ancestrais – percursos de resistência, coragem e solidariedade – e convida a

Psicologia a não apenas compreender o mundo, mas a ser força transformadora nele. Reconhecer a complexidade dos territórios é também honrar a multiplicidade de existências e modos de ser que ecoam das tradições e das histórias que resistem ao apagamento.

Ao mesmo tempo em que o CFP avança na incorporação de práticas e epistemologias descoloniais, é fundamental reconhecer os territórios vivos onde essas práticas se originam. Os povos de terreiro e quilombolas, por exemplo, constituem espaços de cuidado, resistência e produção de saúde e saberes que desafiam as lógicas ocidentais e ampliam o horizonte da Psicologia brasileira.

Entre Pilões e Plenárias: Escrivência Quilombola no Sistema Conselhos

Aprendi com Evaristo (2020) que a escrivência é mais do que escrever: é incomodar, despertar consciências e tornar visível o que foi silenciado. Sua frase “a nossa escrivência não é para adormecer os da casa grande e, sim, para acordá-los de seus sonhos injustos” me acompanha e inspira. Escrever sobre minha experiência no Sistema Conselhos é, portanto, uma forma de marcar presença, transformar ausência em potência coletiva.

Em 2017, fui convidada para integrar a Comissão “Mulheres e Questões de Gênero” do CRP-MG. A partir dali, o Conselho deixou de ser um espaço distante. Percebi que ele podia, sim, ser ocupado por nós estudantes, mulheres, negras e profissionais comprometidas com uma psicologia crítica. Nas reuniões, debates e produções coletivas, fui compreendendo que aquele espaço institucional podia ser transformado por dentro.

Um momento decisivo da minha trajetória foi conhecer, através da Comissão, a realidade da retirada compulsória de bebês de mulheres usuárias de álcool e outras drogas e/ou em situação de rua. Essa prática, orientada por resoluções do Ministério Público, desconsidera os contextos, a escuta e o cuidado. Foi um choque perceber que o que se apresentava como proteção era, na verdade, violação de direitos humanos. Essas mulheres, em sua maioria negras, pobres e mães solo, eram atravessadas pelo racismo e pelo patriarcado.

Durante meu estágio no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD), acompanhei de perto o caso de uma mulher que teve seu bebê retirado compulsoriamente. Com base nos

aprendizados da Comissão, me comprometi, junto à equipe, a acompanhá-la ao longo de dois anos. Ao final desse processo, a criança foi devolvida a seus braços. Foi um marco na minha formação: ali entendi que a Psicologia, quando aliada à escuta e à justiça social, transforma vidas.

Mesmo assim, não era possível ignorar: eu era uma das poucas mulheres negras naquele espaço. Sentia que o corpo negro ainda era exceção dentro das instituições da Psicologia.

Após a graduação, continuei atuando no CRP como psicóloga. Passei a entender melhor o funcionamento do Sistema Conselhos, participei de reuniões de prestação de contas e vi, com outros olhos, o trabalho realizado.

Foi nesse período que vivenciei dois marcos importantes: o crime-desastre de Brumadinho e a eleição da primeira presidenta negra do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. Sua presença foi transformadora. Com essa nova liderança, o Conselho se popularizou. Pela primeira vez, senti-me verdadeiramente representada.

Durante o desastre de Brumadinho, essa condução foi essencial para articular uma resposta ética, cuidadosa e comprometida com a população atingida. O Conselho, junto à Comissão Temática de Orientação em Psicologia de Emergências e Desastres, organizou uma escala coletiva de acolhimento, após formação específica, e permaneceu presente naquele território de dor e resistência. Esse movimento evidenciou o quanto o Sistema Conselhos pode ser um instrumento de cuidado coletivo e de incidência política.

Ao mesmo tempo, algo em mim também se transformava. Foi nesse processo que me reconectei enquanto mulher quilombola. Cresci em uma “roça” que, mais tarde, descobri ser uma comunidade quilombola. O reconhecimento oficial chegou em 2023, no mesmo dia em que participei da Plenária Negra “Aquilombamento da Psicologia”, realizada em 27 de julho, em Brasília. Estava ali a convite do XIX Plenário do Conselho Federal de Psicologia para realizar a fala de abertura. Foi um momento de profunda emoção, força ancestral e afirmação da minha trajetória enquanto mulher quilombola na Psicologia.

Naquele espaço, compartilhei o conceito de pilão teórico que venho desenvolvendo: o pilão como símbolo do quilombo, onde saberes negros, brancos e indígenas se encontram, se relacionam sem que um

se sobreponha ao outro, sem dominação e a relação é horizontal (Araújo, Damasceno, & Silveira, 2023).

A partir dessa visibilidade, fui convidada a integrar outros espaços do CFP. Representando o povo quilombola, participei de reuniões sobre Práticas Integrativas de Saúde (PICS), ao lado de representantes do Ministério da Saúde, Fiocruz, lideranças indígenas e Povos de Terreiro. O Conselho estava ali, reunido em pleno sábado, dialogando e construindo políticas com os povos tradicionais.

Pouco depois, fui chamada para oferecer uma formação sobre Psicologia e Povos Tradicionais para a plenária atual (Gestão 2023/2025) do CFP. Estive nessa missão ao lado do professor Saulo Luders. Fomos recebidos com acolhimento e respeito. Ver a Psicologia se abrindo para os nossos saberes quilombolas, indígenas, ribeirinhos e povos de terreiro e matriz africana, foi testemunhar uma virada epistemológica em curso.

Convido quem lê este relato a se aproximar do Sistema Conselhos. Ele não é um espaço distante, tampouco um inimigo. É uma ferramenta estratégica que pode e deve ser ocupada por nós. Estamos vivendo um tempo de reencantamento da Psicologia, de enegrecimento das instituições. E isso só é possível porque muitas pessoas estão insistindo em estar, resistir e transformar.

O Sistema Conselhos me ensinou que a Psicologia pode ser ética, plural, antirracista e intercultural. A minha presença ali é também presença do quilombo, da roça, das mulheres negras que me antecederam e me guiam. É presença que fala, escuta e planta como o pilão que moe, mistura e alimenta. Sigamos, juntas e juntos, enegrecendo a Psicologia, para que ela continue sendo ferramenta de cuidado, justiça e libertação.

Saberes de Terreiro: Território, Identidade e Pertencimento

Falar dos terreiros é falar de cuidado, de espiritualidade, de resistência e de memória viva. Segundo Barbosa Júnior (2014), as religiões de matriz africana no Brasil, como o Candomblé e a Umbanda, surgiram em meio à brutalidade da violência colonial, constituindo-se como territórios de proteção, refúgio e reconstrução de laços comunitários diante de um racismo estrutural que, ainda hoje, insiste em negar a humanidade de seus praticantes. Reconhecer os terreiros como espaços legítimos de cuidado psicossocial e espiritual é um passo fundamental para uma Psicologia comprometida com a justiça social.

Nesse sentido, o Conselho Federal de Psicologia tem atuado como aliado na valorização dessas práticas, ao pautar a escuta às comunidades tradicionais, combater o racismo religioso e afirmar, por meio de suas normativas e posicionamentos públicos, que as epistemologias dos povos de terreiro fazem parte da contribuição para uma Psicologia plural e antirracista.

Lélia Gonzalez (2020) nos lembra que foram as “mães” e “tias” que sustentaram seus terreiros como verdadeiros quilombos urbanos, espaços onde o samba, o axé, a partilha e a escuta se tornaram ferramentas de reconstrução do eu, do outro e do coletivo. Esses espaços são, portanto, mais do que religiosos: são territórios de subjetivação, de cuidado psíquico, circularidade, afeto e resistência.

Destacamos que o conceito de circularidade presente nos escritos de Bispo dos Santos (2021) é um modelo de viver, em que os saberes circulam de forma contra-hegemônica, estabelecendo assim a complementaridade entre eles democraticamente. Não há hierarquização dos saberes nesta proposta. Há vias de diálogo orgânico entre os saberes, onde todos contribuem, aprendem e ensinam.

No Terreiro Casa Branca, um dos mais antigos do Brasil, fundado entre 1788 e 1830, encontramos a materialização desse vínculo profundo entre território, espiritualidade e cuidado (Genoveva Neta, Jesus, & Araújo, 2023, Silveira, 2006). O tempo ali não é cronológico, mas circular vivido com ancestralidade. A escuta é ensinada não como técnica, mas como forma de se fazer presente com o outro. O cuidado se dá pela força do axé, pela palavra que acolhe, pelo banho de ervas, pelo toque, pela música, pela presença.

O terreiro é também espaço onde o feminino se manifesta em sua plenitude. Mães de santo, ialorixás, zeladoras, benzedeiras mulheres que lideram, acolhem, curam e transmitem saberes. Ser mulher de terreiro é carregar consigo uma sabedoria que atravessa gerações, que se expressa nos detalhes: nas ervas cuidadosamente escolhidas, nos cantos que invocam proteção, no gesto que transforma. É também resistência diária, sobretudo diante das múltiplas violências religiosas, raciais e de gênero que ainda marcam esses corpos-territórios.

Como nos lembra bell hooks (2021), o amor-próprio não floresce em isolamento. O terreiro é exatamente isso: um lugar onde o amor é plantado, cultivado e compartilhado. Nele, o cuidado é coletivo, espiritual e político. É onde o sofrimento encontra

linguagem e onde o axé a força vital se torna possibilidade de transformação.

Essas práticas de cuidado não se encaixam nos moldes biomédicos, nem nas técnicas psicológicas convencionais, mas nem por isso são menos eficazes. Ao contrário: são potentes naquilo que a Psicologia hegemônica muitas vezes falha em alcançar, o cuidado com o espírito, com a ancestralidade e com os laços de pertencimento.

É nesse sentido que afirmamos: os terreiros não são apenas espaços religiosos. São territórios de cuidado psicossocial, de saúde mental coletiva e de resistência ontológica. Ali, o que se cultiva não é apenas fé, mas também dignidade, memória, cuidado e possibilidade de viver bem como parte de uma cosmologia onde tudo está interligado: pessoas, plantas, água, cantos, gestos e memórias.

Ao reconhecer os terreiros como territórios de cuidado, a Psicologia se amplia, se transforma, se fortalece nos territórios. E, assim, se fortaleça em uma prática comprometida com a vida, com os saberes ancestrais e com a coletividade.

Orí de nós

Quando eu ouço a palavra tradicional imediatamente faço uma ponte com a tradição viva. Nossas ancestrais sempre usaram de sua experiência para as ações coletivas, ainda que estivessem falando ou aconselhando uma única pessoa.

As tradições também ensinam o quanto é importante saber ouvir, mais do que falar. Então quando escrevo é também porque já li muitas outras sabedorias e também palavras vazias. Avaliar o sumo colorido destas palavras tem sido um exercício importante.

Também me lembro de fatos muito distantes na linha do tempo, ainda que estas lembranças atualizem os fatos, como nos ensina sankofa: estar no presente, indo para o futuro sem deixar de reviver o passado. As cores e formas do Egito Antigo estão presentificadas aqui no Mocambo APNS Nzinga, lugar de vida plena localizado no Pontal do Paranapanema, extremo oeste do estado de São Paulo, quilombo urbano que se espalha por muitas outras localidades e é por elas profundamente influenciado.

Não vivo só. Nossas vidas estão diretamente entrelaçadas com as plantas, animais, pedras, ares, águas e outras gentes que ainda não são quilombolas. Não são relações de conflito, ainda que existam

impactos nas nossas ações que desmoronam cercas e até algumas plantas.

As plantas, suas mudas e sementes foram abrindo fronteiras nas nossas ações cotidianas. É porque o pó da titônia ajuda a curar vícios que nós podemos iniciar uma prosa, já sabendo que há remédio natural para todos os males da humanidade. A prosa se inicia porque a esperança da cura está presente. Então as lágrimas das dores se juntam com as lágrimas da alegria da cura e a prosa é tecida com os fatos do passado, com as conquistas auferidas ou até mesmo com o sonho delas. Uma mãe, com o filho usuário de drogas, não suportaria prostrar-se sem a presença da esperança!

Nas paredes de fora de nossa morada há obras sankofadas produzidas por nós. Aqui uma peça colorida com os retalhos da vida. Sobras de tecidos que foram sendo cortados sobrepostos. Vinte ou trinta peças que um laser corta como os raios cortam o ar em dias de tempestades. E sobram. Chegam até nós em sacos de descarte e então um a um vão sendo classificados até serem trouxinhas delicadamente cortadas, fuxicos coloridos de tamanhos variados e adinkras da sabedoria ancestral.

Uma deusa Attie produzida em barro queimado no fogo de buraco observa a prosa, mas seu silêncio é ouvido com os olhos. Mais cedo os tambores aliviaram o ar. Também o cheiro das ervas se espalham com o toque proposital ou mesmo o esbarrão que o alecrim responde deixando no ar a sua fragrância profunda.

Na cozinha a erva baleeira cura feridas abertas no peito ou aquelas que as almas aflitas deixaram no ar. Sacos pardos de papel anotados fazem uma montagem sobre os armários, trocando informações entre si. Fazem cachangá a embalagem do eucalipto com a embalagem da crotalária. Mas tem o lavandin espalhando fragrâncias pertinho do filtro de barro.

Os arranjos de flores renovados frequentemente também colaboram como equilíbrio dos ares e lembram os cuidados que a terra precisa para sempre produzir lindas flores para curar o corpo e o espírito.

Nem sempre a ambiência ao nosso redor foi assim: repleta de sabedoria ancestral. Inúmeras vezes a gente buscava na medicina ocidental a cura que ela tem muita dificuldade em partilhar. Influencia a ausência da cura: a ganância pela fama; o medo de perder o cliente; os lucros exorbitantes que a doença promove. E uma forte dose de desconhecimento.

O cuidado ancestral está diretamente influenciado com o objetivo de evolução coletiva. Não tem

sentido algum guardar para si o cuidado com a outra pessoa. Ervas potentes e seus usos devem ficar disponíveis para todas as pessoas, ainda que seus usos necessitem de ritos e rituais de preparo que requerem sabedoria e prática. Daí a importância da vivência no território.

As plantas conversam entre si. As notas musicais influenciam a potência de cura das plantas, pedras aquecidas e cristais. A energia das mãos sobre as plantas, com as plantas nos pilões de madeira ou pedra promovem uma diferença energética na fabricação da porção para a cura. O uso do calor das mãos é fogo que não queima. Fogo que ajuda a retirar das porções do que há de mais adequado para a cura.

Considerações

A Psicologia brasileira tem, aos poucos, reconhecido a importância de construir uma prática ética, arraigada nas realidades do país e verdadeiramente comprometida com a transformação social. Apesar desses avanços, ainda carrega um peso considerável de paradigmas eurocentrados e universalizantes, que muitas vezes não alcançam – nem representam – as vivências de grande parte da nossa população. Para que possamos realmente mover essa estrutura, a Psicologia precisa se reinventar e avançar em, pelo menos, três dimensões fundamentais: epistemológica, metodológica e política.

A Psicologia precisa, com urgência, romper as amarras que a mantêm presa à hegemonia dos saberes europeus e estadunidenses. É tempo de reconhecer que as epistemologias indígenas, afro-brasileiras, quilombolas e periféricas também são fontes legítimas de conhecimento, carregadas de vida, história e resistência. O epistemicídio – esse apagamento cruel das sabedorias dos povos colonizados, como denuncia Boaventura de Sousa Santos (2010) – ainda pulsa, muitas vezes de forma sutil, no modo como formamos psicólogos e no jeito como ainda praticamos a Psicologia no Brasil.

Carla Akotirene (2019) nos convida a olhar para as encruzilhadas. Ela nos provoca a pensar que fazer psicologia a partir de um sujeito abstrato, universal e descolado das opressões é insistir numa fantasia perigosa. É na intersecção das violências – de raça, gênero, classe e território – que precisamos construir escuta, cuidado e conhecimento. Djamila Ribeiro (2017), em *O que é lugar de fala?*, também nos provoca: só quando os corpos historicamente silenciados ocuparem os

espaços de produção do saber é que poderemos falar de epistemologias, de fato, democráticas.

Antes delas, Neusa Santos Souza já havia aberto uma fresta poderosa. Em *Tornar-se Negro* (1983), Neusa nos mostrou como as estruturas racistas atravessam profundamente o psiquismo de pessoas negras. Sua obra é um marco, um ponto de virada. E, mesmo assim, ainda ocupa um espaço lateral nos currículos e nas práticas cotidianas da Psicologia, quando deveria estar na encruzilhada citada por Akotirene.

É preciso que a psicologia tenha coragem de desaprender – de se abrir, de se deixar atravessar. Que reconheça nos saberes dos povos originários, povos de terreiro e nas experiências quilombolas, caminhos profundos para ressignificar o cuidado. Caminhos que não cabem nas caixinhas da psicologia ocidental, mas que, talvez, possam ensinar novos jeitos de estar no mundo, que seja nas práticas clínicas tradicionais e também nas práticas comunitárias e territoriais como movimentos vivos, carregados de implicação ética, política e afeto, conectando pessoas de forma circular.

Mary Jane Paris Spink (2003) é uma dessas vozes que há tempos vêm puxando a Psicologia para perto das pessoas. Ela defende uma psicologia que esteja, de fato, comprometida com a participação social, que não vire as costas para os saberes locais e que ajude

a tecer redes de apoio reais, que façam diferença no cotidiano. Talvez seja por aí o caminho para desmontar, pouco a pouco, a lógica colonial e individualizante que ainda atravessa tantas práticas.

A presença do debate racial na psicologia tem se consolidado como força de deslocamento frente às estruturas historicamente cristalizadas da profissão. Dentro dessa dinâmica, o racismo não se apresenta como elemento periférico, mas sim como um componente estruturante das vivências psíquicas, especialmente quando se observa seu impacto na saúde mental da população negra. A resposta a essa complexidade não reside unicamente nas práticas convencionais de consultório, mas se encontra nos espaços onde o coletivo se articula – nas rodas de conversa, nos encontros comunitários, nos territórios vivos onde a escuta se realiza como prática real de cuidado.

Talvez o que precisamos com maior urgência seja o exercício de uma escuta com presença e disponibilidade por parte das psicólogas e dos psicólogos aos povos em seus territórios. Esses territórios, que também são simbólicos, são marcados por vozes e experiências diversas, ausências eloquentes e memórias coletivas, é neles que os sentidos do cuidado podem, enfim, brotar de modo genuíno, enraizados no chão comum da vida.

Referências

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.
- Araújo, J. G., Damasceno, M. M., & Silveira, M. (2023). Contracolonização mental: Saberes quilombolas na psicologia. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 16(Edição Especial). <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1636>
- Barbosa Júnior, A. (2014). *O livro essencial de Umbanda*. Universo dos Livros.
- Bispo dos Santos, A. (2021). *Colonização, quilombos: Modos e significações* (2a ed.). Ayó.
- Bispo dos Santos, A. (2023). *A terra dá, a terra quer*. Ubu.
- Conselho Federal de Psicologia. (2017). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em relações raciais*.
- Conselho Federal de Psicologia. (2021). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) com povos tradicionais*.
- Dimenstein, M., Silva, G. N., Dantas, C., Leite, J., & Macedo, J. P. (2022). Produção de conhecimento, psicologia e pensamento decolonial. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 74. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672022000100310
- Evaristo, C. (2020, 6 de fevereiro). *Escrevivência* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY>
- Genoveva Neta, I., Jesus, S. F., & Araújo, F. R. S. (2023). Obinrin: O projeto de emancipação feminina do Terreiro da Casa Branca. *Revista de Direitos Humanos e Efetividade*, 9(1). <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0022/2023.v9i1.9705>
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Companhia das Letras.
- hooks, b. (2021). *Tudo sobre o amor: Novas perspectivas* (A. Loureiro, Trad.). Elefante.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Censo Demográfico 2022: Identificação étnico-racial da população*. https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/13ee0337cffc1de37bf0cd-4da3988e1f.pdf

Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971. (1971, 20 de dezembro). Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5766.htm

Moebus, R. L. N., Barreto, A. F., & Moraes, M. M. (2023). Psicologia decolonial, contracolonial, por vir? *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 40. <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/estpsi/article/view/13456>

Resolução CFP nº 011/1998 (1998, 22 de novembro). Institui a Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP. Conselho Federal de Psicologia.

Resolução CFP nº 05/2021 (2021, 3 de agosto). Institui cotas nas chapas para eleições dos Conselhos de Psicologia. Conselho Federal de Psicologia.

Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento.

Silveira, R. (2006). *O candomblé da Barroquinha: Processo de constituição do primeiro terreiro baiano Keto*. Maianga.

Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social* (3a ed.). Graal.


Spink, M. J. P. (2003). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: abordagens teóricas e metodológicas*. (3a. ed.). São Paulo: Cortez, 2003.

Veiga, L. M. (2021). Descolonizando a psicologia: Notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia*, 33(1), 48-56. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i1.a29000>

Fabiane Rodrigues Fonseca

Doutoranda em Psicologia – Processos Psicossociais da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus – AM. Brasil.


E-mail: fabiane.fonseca@ufam.edu.br

 <https://orcid.org/0009-0003-2244-5553>

Ivonete Aparecida Alves

Doutora em Educação. Agbà do Mocambo APNS Nzinga, Presidente Prudente – SP. Brasil.


E-mail: ivoneteambiente@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9137-933X>

José Augusto Silva Costa

Mestrando da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Brasília – DF. Brasil.


E-mail: augustto.costa@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2375-430X>

Jeanyce Gabriela Araújo

Doutoranda da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG. Brasil.


E-mail: jeanycearaujo@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0000-7992-2021>

Carolina Saraiva

Mestranda da Universidade de Brasília (MESPT), Brasília – DF. Brasil.

E-mail: obadeyi005@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0006-5606-7927>

Endereço para envio de correspondência:

Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Coroado I.
CEP: 69077-000. Manaus – AM, Brasil.

Recebido 03/07/2025

Aceito 08/07/2025

Received 03/07/2025

Approved 08/07/2025

Recibido 03/07/2025

Accepted 08/07/2025

Como citar: Fonseca, F. R., Alves, I. A., Costa, J. A. S., Araújo, J. G., & Saraiva, C. (2025). Psicologia e Cuidado Ancestral: Tecendo Diálogos entre as Experiências do CFP com Povos de Terreiro e Quilombolas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45 (n.spe2), 1-11. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003298481>

How to cite: Fonseca, F. R., Alves, I. A., Costa, J. A. S., Araújo, J. G., & Saraiva, C. (2025). Psychology and Ancestral Care: Weaving Dialogues between Federal Council of Psychology Experiences with Terreiro and Quilombola. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45 (n.spe2), 1-11. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003298481>

Cómo citar: Fonseca, F. R., Alves, I. A., Costa, J. A. S., Araújo, J. G., & Saraiva, C. (2025). Psicología y Cuidado Ancestral: Tejer Diálogos entre las Experiencias del Consejo Federal de Psicología con los Pueblos de Terreiro y Quilombolas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45 (n.spe2), 1-11. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003298481>